

2

***Atlântico*: uma “amizade” lusobrasileira**

Além de uma visível aproximação político-ideológica entre Brasil e Portugal nos anos trinta e quarenta, período em que, nos dois países, é instituído o chamado Estado Novo, várias foram as iniciativas anteriores que marcaram a história de suas relações. Ainda no início do século XX, a mola propulsora para tal aproximação parece ter sido as relações literárias, que vão desde a participação de escritores das duas nacionalidades em jornais, almanaques e magazines dos dois países, até a criação de revistas como a *Águia* – editada no Porto entre 1910 e 1930, na qual escreviam, ao lado dos portugueses Teixeira de Pacoaes, Jaime Cortesão e Hernani Cidade, os brasileiros Ronald de Carvalho e Lima Barreto – a **Orpheu** – idealizada por Ronald de Carvalho e pelo português Luís de Montalvor, editada em 1915 e considerada um dos marcos do Modernismo português, tendo como principais colaboradores além do próprio Ronald de Carvalho, os portugueses Almada Negreiros, Mário de Sá Carneiro e Fernando Pessoa – e a *Atlântida* – publicada em Lisboa entre 1915 e 1921 e dirigida não só pelo português João de Barros, como também pelo brasileiro Paulo Barreto, o João do Rio – merecendo destaque, também, a criação, em 1917, da disciplina Estudos Brasileiros, ministrada na Faculdade de Letras de Lisboa.

Nessa mesma direção, nos anos trinta, mais especificamente, em 1931, a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa assinam um acordo ortográfico, com o intuito de preservar a unidade entre os dois países e de promover a expansão da língua portuguesa. Os dois países criam ainda, em 1934, o Instituto Brasileiro de Alta Cultura, com o objetivo de estimular o intercâmbio entre intelectuais portugueses e brasileiros.

Já, em 1937, às vésperas do Estado Novo brasileiro, além da criação de um Centro de Estudos Brasileiros dentro da Sociedade de Geografia Portuguesa – que era composto das seguintes divisões: estudos culturais brasileiros; intercâmbio intelectual e artístico lusobrasileiro; intercâmbio econômico lusobrasileiro; relações comerciais marítimas e aéreas, postais e telegráficas; recepção e turismo e imprensa e propaganda – acontece a inauguração do ciclo de

conferências estabelecido pelo Serviço Intelectual do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, iniciado por meio da conferência do embaixador de Portugal, Martinho Nobre de Melo, no salão da Biblioteca do Itamaraty no Rio de Janeiro. Conferência essa que irá resultar em 1941, no Acordo Cultural Lusobrasileiro.

Somado a tudo isso têm destaque os diálogos estabelecidos entre os intelectuais portugueses e brasileiros por meio de correspondências que, repletas de observações acerca das duas culturas, constituem um capítulo importante no âmbito das relações culturais entre Brasil e Portugal. Como é o caso não só de Mário de Andrade, um dos precursores do Modernismo brasileiro, e do escritor português José Osório de Oliveira, interessados em promover uma aproximação cultural entre Portugal e Brasil, como também o de Cecília Meireles que, com o mesmo intuito, trocou correspondências e se relacionou diretamente com inúmeros intelectuais portugueses, como renomada escritora portuguesa Fernanda de Castro – esposa de António Ferro e primeira mulher a receber, nos anos 40, um prêmio de literatura portuguesa – Fernando Correia Dias – capista e ilustrador das principais revistas ligadas aos movimentos modernistas português e brasileiro, com quem Cecília se casou nos anos 20 – e com o próprio José Osório de Oliveira que, além de ser considerado um dos mais ativos divulgadores do intercâmbio cultural lusobrasileiro, ministrou o curso de História da Literatura Portuguesa na USP, em 1945 .

É de posse dessas reflexões que nos aproximamos do acervo da *Atlântico* – revista lusobrasileira criada em maio de 1942 ao abrigo do Acordo Cultural (assinado em 1941) entre o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) de Portugal e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do governo Vargas – já que essa revista, enquanto meio de divulgação cultural de uma produção artística crítica cuja reunião de artigos está voltada para a área das humanidades, tinha seus recortes ou sua seleção e forma de apresentação definida pela direção e organização de dois governos autoritários, bem à maneira dos antigos “arcontes” (arconte, o que comanda) que, por ocupar o lugar da lei, detinham o poder hermenêutico sobre os documentos, podendo, portanto, dissimulá-los, destruí-los, deturpá-los, desviá-los e interceptá-los.

Idealizada para ser um meio de aproximar os Estados português e brasileiro, a *Atlântico* procurou construir uma espécie de antologia literária, filosófica, histórica e cultural não só de Brasil e Portugal, mas também, dos países

lusófonos, uma vez que contava com uma modesta colaboração de artistas comprometidos com a divulgação da literatura e dos costumes da África colonial portuguesa, como Tomaz Kim, Rui Cinatti e Neves e Sousa. Característica que muito a aproxima – pela reunião de artigos que pretende formar – do conceito de arquivo de Derrida, já que a antologia de textos reunida pelos organizadores (arcontes) da revista pode ser definida como uma reunião de signos ou um ajuntamento de elementos que são agrupados com um determinado propósito: coordenar em um único *corpus* um conjunto de diretrizes sistematizadas que se articulam em favor de uma unidade homogênea que pretende, tão somente, organizar e interpretar a “história” dentro de seus interesses políticos.

Ainda que tenha sobrevivido ao fim do Estado Novo no Brasil, seu principal objetivo, a princípio facilitado pela proximidade político-ideológica dos regimes Vargas e Salazar, era a difusão recíproca da cultura nacional de ambos os países, de maneira a se criar uma “civilização atlântica”¹¹ revelando “Portugal novo aos brasileiros e novo Brasil aos portugueses”¹² enaltecendo, desta forma, um “formidável patrimônio espiritual, que não é português, nem brasileiro, porque é comum”¹³.

O ideário da *Atlântico*, assim, parecia estar expresso na sua própria denominação, como expôs António Ferro em editorial¹⁴ publicado no primeiro número da revista:

Porque chamamos Atlântico à nossa revista? Porque somos tão ambiciosos? É porque precisávamos de encontrar uma palavra suficientemente elástica, ondulante, para sintetizar o vago e concreto das nossas aspirações, o sonho e a realidade do nosso ideal. Que fizemos, portanto? Juntamos a palavra brasilidade à palavra lusitanidade, duas luminosas parcelas, e obtivemos, sem custo, este resultado, esta soma: Atlântico. [...] Existe o Brasil, existe Portugal, duas nações livres, independentes [...] Uma raça, duas nações, um mundo, eis a nossa legenda, a nossa bandeira...¹⁵

A linha fundamental da revista, ao que se pode notar, deveria servir à ideologia nacionalista dos dois países, legitimando não só “os laços de

¹¹ FERRO, António. Algumas palavras. *Atlântico Revista Luso-Brasileira*, nº1 (1ªsérie), 1942, p.1.

¹² Ibid.

¹³ FONTES, Lourival. Unidade Espiritual. op. cit., p. 3.

¹⁴ Anexo 1, p.135.

¹⁵ FERRO, António. op. cit.

compreensão e solidariedade entre o nosso país e Portugal”¹⁶ mas, também, legitimando uma forma de governo que, apesar de não se caracterizar como um nacionalismo fascista *tout court*¹⁷, muito se aproxima de tal regime político, principalmente pelo controle que exerce, através do DIP e do SPN, sobre os chamados limites da manifestação do pensamento e cujo campo de ação envolve além da ordem política, a cultura, a religião e a filosofia. O que nos remonta, mais uma vez, à ligação entre arquivo e poder, por sua função controladora e excludente, já que, diante, da imposição do material a ser publicado, não guarda ou classifica os arquivos “senão em virtude de uma topologia privilegiada”¹⁸ decidida politicamente por quem detém a função arcôntica da autoridade, por quem detém o “poder da consignação”¹⁹, na medida em que organiza, classifica e unifica os signos que compõem esse arquivo.

Assim, diante dessa combinação entre arquivo e poder, naquilo que possuem de controladores e excludentes, ou naquilo que possuem de revolucionários e tradicionais, pode-se perceber que a seleção e interpretação dos elementos que compõem a revista revelam o conteúdo, se não contraditório, ao menos ambíguo, de uma antologia literária ao mesmo tempo produzida pelo Estado e formada, em sua maioria, por textos de escritores modernistas independentes. Ou seja, de um lado, possui a chancela autoritária do oficialismo, sempre procurando estabelecer valores que fundamentem a legitimidade da ordem estabelecida pela tradição, de outro, o interesse vanguardista e revolucionário de nomes importantes do Modernismo em criar uma nova ideia de valorização e resgate da cultura nacional.

Tal premissa é ainda corroborada por sua iconografia que, com o intuito de criar uma realidade que promovesse uma visão mitificada da natureza político-

¹⁶ FONTES, Lourival. op. cit.

¹⁷ Segundo Lúcia Lippi em sua introdução ao livro *Estado Novo Ideologia de Poder*, o uso impreciso do conceito de fascismo acaba por homogeneizar situações históricas muito distintas, dificultando, assim, a diferenciação das inúmeras vertentes que o conceito contém. Partindo desse pensamento, a autora caracteriza o Estado Novo português como um regime protofascista e o Estado Novo brasileiro como simplesmente nacionalista. Diferentes do “fascismo tradicional”, além de diferentes entre si, ambos guardam, porém, uma característica comum: parecem se preocupar menos em produzir uma chamada doutrina oficial única do que em relacionar a ação política de seus governos às suas tradições e culturas: “Seus postulados não se pautam em cânones doutrinários rígidos e comportam sempre enfoques distintos dentro do que se pode chamar de uma matriz autoritária comum.” OLIVEIRA, L. L. et.al. “O pensamento de Almir de Andrade” In: *Estado Novo Ideologia e Poder*, p.32.

¹⁸ DERRIDA, J. Op.cit, p.13.

¹⁹ Ibid.p. 14.

ideológica da história, ancorado no princípio estado-novista de aliar a tradição a uma concepção de vanguarda (ainda que limitada), fica a cargo tanto de réplicas oriundas do cânone português (que retratam, em sua maioria, temas religiosos), ou de esculturas brasileiras advindas do Barroco Mineiro, quanto daquelas de cariz modernista assinadas por artistas plásticos de Brasil e Portugal. Assim, utilizando alegorias que remetem não só à valorização do passado enquanto uma espécie de “ressurgimento nacional”²⁰, como também à “arte nova *dei nostri tempi*”²¹ se fazem notar na parte gráfica da revista, dentre outros, tanto um Nuno Gonçalves (pintor português do século XV) ou um *Aleijadinho* (escultor e arquiteto brasileiro do século XVIII) quanto os modernistas portugueses Almada Negreiros, Manuel Lapa (diretor artístico da revista até meados de 1947) e Maria Helena Vieira da Silva, convidados pelo governo Salazar a colaborar – por meio de traços modernistas, que procuravam captar tanto a temática social (claro está, isenta de crítica) quanto a paisagem urbana ou rural de Portugal²² – com a propaganda oficial do governo. Contando, também, com a participação brasileira de Tarsila do Amaral, oriunda do movimento antropofágico, e Cândido Portinari, chamado por Sérgio Miceli de “pintor oficial do governo Vargas”²³, que davam destaque, em suas obras, à temática social e às chamadas figuras de brasilidade²⁴, tão caras aos ideais de nacionalismo ou da visão oficial do “ser brasileiro”.

Ao que se pode notar, os idealizadores da *Atlântico*, tanto no Brasil, quanto em Portugal, demonstravam interesse em torná-la espelho de uma pretensa e utópica Unidade, se não nacional, ao menos espiritual – como escreveu Lourival Fontes²⁵ – já que procurava dar ênfase tanto às diferenças regionais, oriundas de cada país, quanto à pluralidade de pensamentos que estariam refletidas na revista. Mesmo que sob os auspícios da censura.

²⁰ SECRETARIADO DE PROPAGANDA NACIONAL A participação de Portugal na Exposição Internacional de Nova Iorque. *Diário de Notícias*, 1 jun.1938, p.1.

²¹ Frase de Mussolini citada por Ferro na apresentação da conferência de Marinetti em Portugal, em 1932. In: FRANÇA, J. *O Modernismo na Arte portuguesa*, p. 67.

²² “A proposta de uma concepção mais pura da criação artística, voltada para o retratar não crítico do cotidiano, mostrando o “povo” tal qual já fora concebido pelos etnógrafos no século anterior, ajusta-se ao ideal salazarista [...] de uma Nação rica em cultura popular.” In: PAULO, H. *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil*, p.60.

²³ MICELI, S. *Imagens negociadas*.

²⁴ A ideia de “povo”, a necessidade de criação de um estereótipo de “brasilidade”, no qual os mais diversos segmentos da sociedade brasileira se identifiquem, coloca o regime como principal incentivador da tão propalada sedimentação e da divulgação desse nacionalismo. In: PAULO, H. op. cit., p. 68.

²⁵ Anexo 2, p. 137.

Sua tendência antiliberal, reiterada pela presença repressora do DIP e do SPN, se faz notar, se não na censura de parte dos textos publicados, ao menos na justificativa da presença de textos cujo conteúdo seja pouco condizente com o regime ditatorial, como é o caso do ensaio de Jorge de Lima, “Poesia veloz, homem lerdo”²⁶, cuja permanência na revista precisou ser justificada na seção de “notas”²⁷, muito provavelmente devido à utilização do termo “burguesia”, comumente usado no discurso socialista, que, por sua vez, era contrário aos ideais nacionalistas e antiliberais do Estado Novo. Atitude essa que só vem comprovar, como bem disse Daniel Pécaut²⁸, que o regime sabia não só acolher discursos advindos de ideologias distintas das suas, mas também, ao se referir a elas, manter uma linguagem que evitasse rupturas definitivas. O importante era que a obra publicada tivesse uma leitura que não escapasse aos moldes do ideário da revista.

Sem temas específicos que pudessem caracterizar ou rotular suas publicações, a *Atlântico*, não raras vezes, deixa transparecer sua preferência pela tônica nacionalista. Não só pela constante preocupação com a recuperação do passado, enquanto resgate dos valores tradicionais, como também por sua tendência a aderir ao que é novo, no sentido de criar uma “nova ordem”, onde o coletivo é visto como algo que deve prevalecer aos interesses individuais, criando assim, uma ideia de “alma nacional”. Características essas que podem ser notadas, de chofre, pelos títulos dos textos teóricos publicados: “Oração aos novos mestres”, “Os avós dos nossos avós”, “A alma coletiva do povo português”, “Etnografia e nacionalidade”, e outros mais que seguem essa mesma linha de pensamento.

O ecletismo da revista é notável: a presença de textos ficcionais ou de ensaios ligados tanto à história e à sociologia, quanto à literatura e às artes em geral não excluem a presença, na revista, de pronunciamentos oficiais como a reprodução do Acordo Cultural Lusobrasileiro²⁹, no primeiro número, ou a transcrição do discurso de posse de Getúlio Vargas na Academia Brasileira de

²⁶“A pouca importância que nossa época realista manifesta pelo motivo poesia, a intolerância dos **senhores burgueses** pelo mesmo assunto, a incompreensão que as gerações materializadas ostentam a seu respeito, é sintoma de que os tempos estão podres e os homens decaíram ao nível das calmarias. [...]”. Grifo meu. *Atlântico Revista Luso-Brasileira*, nº2 (1ª série), 1942, p.209.

²⁷“Ninguém, aqui, põe limitações, por exemplo, à expressão de um pensamento como o de Jorge de Lima, porque, no seu ataque à burguesia, não é um inimigo da Sociedade que se manifesta, mas um poeta e um cristão.” In: Notas, *Atlântico Revista Luso-Brasileira*, nº2 (1ª série), p. 142.

²⁸ PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação*.

²⁹ Anexo 3, p. 139.

Letras em 1942, no número cinco da primeira série. Da mesma forma que a posição política dos diretores da revista não impede, como bem lembrou Heloísa Paulo ³⁰, a colaboração de escritores que não demonstrem simpatias marcantes pela ideologia dos governos Vargas e Salazar, como é o caso do ensaio de Caio Prado Jr., figura notadamente conhecida por sua ligação com o Partido Comunista e por ter iniciado, no Brasil, uma tradição historiográfica identificada com o marxismo, ou dos poemas de Sophia de Melo Breyner Andresen, escritora portuguesa conhecida por sua posição antisalazarista. No entanto, como os colaboradores da revista são nomes conhecidos e identificados com posições políticas muito diferentes, impõe-se a pergunta acerca do efeito de seus ensaios, poemas e gravuras integrando o corpo da publicação.

Dos inúmeros e diferentes trabalhos dedicados a essas delicadas relações entre ideologia, política e poder, a escolha da problemática dos ensaios teórico-críticos, que tendem aqui a ser vistos enquanto exercício de poder ideológico, se mostra, numa leitura crítica da revista, tão necessária quanto a dos textos ficcionais, já que a ficção, apesar de possuir, em princípio, uma maior liberdade de criação e atuação que a crítica, nesse momento, marcado pela censura – em que Portugal vive o chamado neorrealismo, conhecido por seu empenho em retratar os problemas sociais da época e que, no Brasil, ainda se respira os ares da chamada geração de 30, ainda que com uma preocupação mais acirrada com a crítica social, em sua maioria vinculada à ideologia marxista – acaba por resistir à politização explícita de seu trabalho ou mesmo parece deixar o tema ou a realidade social em segundo plano, em favor da criação de uma realidade própria, independente de uma possível tomada de posição política ou ideológica.

Tal escolha veio não só da capacidade que a revista possui de atuar como porta voz de uma época – por abarcar, além dos desenhos e reproduções, dos textos críticos e ficcionais, as seções de “notas” e “documentos” que, por sua função de trazer notícias culturais de Brasil e Portugal e pronunciamentos oficiais dos dois países, muito bem podem reiterar a aproximação, enquanto configuração político-histórica, entre Brasil e Portugal – como também por sua estratégia de divulgação da ideologia oficial que, mesmo advinda de governos autoritários de cunho fascista (ou militar, como foi o caso do Brasil entre 1946 e 1950), abriga

³⁰PAULO, H. Op. cit. p.68.

em suas páginas, sob o jugo de um projeto de modernização conservadora, autores de esquerda.

2.1.

***Atlântico*: Uma apresentação**

Ao que se pode perceber, idealizada inicialmente para ser um meio de aproximar os Estados português e brasileiro, a *Atlântico*, editada entre 1942 e 1950, passeia não só pelo contexto estadonovista brasileiro e português, como também se insere no período político seguinte ao de Vargas no Brasil, o governo militar de Eurico Gaspar Dutra, que, ainda que com menos interesse nas relações lusobrasileiras, mantém o Acordo Cultural entre o então extinto DIP – que, nesse momento, responde por Departamento Nacional de Informação ou, logo a seguir, Agência Nacional (com nomes e funções mais condizentes com o período militar) – e o SPN de Portugal que, a partir de 1945, se transforma no Serviço Nacional de Informação (SNI).

É difícil saber em que medida circulou a *Atlântico* no Brasil e em Portugal. Ainda que chame atenção pela riqueza de suas publicações e pela presença de nomes importantes dos modernismos português e brasileiro, a revista, certamente, não teve a mesma divulgação de outras revistas de matriz lusobrasileira como *Águia* que além de ter circulado com regularidade em Lisboa e no Porto, segundo Arnaldo Saraiva, dois anos depois de ter sido fundada, “já circulava razoavelmente no Brasil, pois até se vendia no Rio, no Pará, em Manaus, em Pernambuco, na Bahia e em Santos”³¹.

O certo é que *Atlântico*, durante seu período de circulação (1942-50), publicou, além de gravuras, ilustrações e fotografias (inseridas nos textos) assinadas por artistas dos dois países – num tempo em que, segundo Arnaldo Saraiva, “as artes gráficas ainda não preocupavam muito os nossos editores”³² – textos teórico críticos – de literatura, crítica literária, história, sociologia, filosofia e etnologia – contos, crônicas, novelas, romances e poesias de uma plêiade de

³¹ SARAIVA A. *O Modernismo brasileiro e o Modernismo português*. Subsídios para seu estudo e para a história de suas relações, p. 90.

³² Idem. A Revista *Atlântico* e a Cultura Lusa e Brasileira. **Diário de Notícias**, Lisboa, 22 fev.1968, p.2.

escritores brasileiros e portugueses, que, ao que se pôde notar, ao contrário da maioria das revistas de direita, eram de diversos matizes políticos, apoiantes ou não dos regimes vigentes, haja vista a presença de textos de autores que não demonstravam simpatia pelo ideário estado-novista.

No que se refere aos textos teórico-críticos, entre os brasileiros destacaram-se nas publicações da *Atlântico*: Afrânio Peixoto, Luís da Câmara Cascudo, San Tiago Dantas, Tristão de Ataíde (Alceu Amoroso Lima), Álvaro Lins e Caio Prado Junior, dentre outros; entre os portugueses, os mais assíduos eram o João de Castro Osório, Marcelo Caetano, Cunha Leão, Natércia Freire, Rodrigo Melo e Álvaro Ribeiro, dentre outros. Já na ficção, com exceção de Oswald de Andrade, a revista contou com nomes dos principais expoentes do modernismo brasileiro: Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Lúcia Fagundes Teles, Clarice Lispector, Henriqueta Lisboa, Cecília Meireles, Murilo Mendes, Augusto Frederico Schmidt, Jorge de Lima, Vinícius de Moraes e Alphonsus de Guimaraens Filho, dentre outros. E, dos portugueses Eudoro de Sousa, Vitorino Nemésio, Natércia Freire, Fernanda de Castro, Sophia de Mello Breyner Andresen, Maria da Graça Azambuja e António Quadros, Rachel Bastos, dentre outros.

Dividida em três séries ³³ que acompanharam as mudanças políticas ocorridas em Portugal e no Brasil, a *Atlântico*, mais especificamente no Brasil, passou por constantes modificações em seu corpo editorial, visto que seus diretores foram sendo os sucessivos diretores dos órgãos oficiais de imprensa e propaganda, entre 1942 e 1950: a revista nº1 da primeira série tem como diretores António Ferro do lado português e Lourival Fontes do lado Brasileiro; o segundo e o terceiro números dessa série são dirigidos, ainda, por António Ferro em Portugal e pelo General Antônio Coelho dos Reis no Brasil; o quarto, o quinto e o sexto números continuam nas mãos de António Ferro do lado de lá e, aqui, são dirigidos pelo Capitão Amílcar Dutra de Menezes. A segunda e a terceira séries deixam quase todos os números aos cuidados dos diretores António Ferro em Portugal e de Antônio Vieira de Melo no Brasil, com exceção do último número da terceira série, que, em Portugal, fica a cargo de António D'Eça de Queiroz. Já a

³³ A primeira série da *Atlântico Revista Luso-Brasileira*, publicada durante o Estado Novo brasileiro, é composta de seis números, que vão de 1942 a 1945; a segunda série, ou Nova Série, composta de sete números, vai de 1946 a 1948 e a terceira série, composta de três números, vai de 1949 a 1950.

redação e a direção artística, nas três séries, ficam aos cuidados dos portugueses José Osório de Oliveira e Manuel Lapa, respectivamente.

Com excelente qualidade gráfica, acuro na escolha das ilustrações e papel condizente com as edições quase em formato de álbum de luxo, a primeira série da *Atlântico*, publicada sob os auspícios do Estado Novo, é apontada como a realização mais expressiva do Acordo Cultural lusobrasileiro, desde que procura apresentar seções que parecem traduzir a intenção de “unidade espiritual” (e política) entre os dois países.

A seção I do primeiro número é composta de textos que, seguindo o ideário da revista, abordam temas de interesse comum de Brasil e Portugal: além do texto “Unidade Espiritual” de Lourival Fontes, engloba ensaios de escritores brasileiros como Tristão de Athayde – “Oração aos novos mestres” – San Tiago Dantas – “Os estudos filosóficos e sua significação no mundo moderno” – Mário de Andrade – “O Gênio e a Obra do *Aleijadinho*” – Afrânio Peixoto – “Filha de Rei” – e Álvaro Lins – “Notas sobre o Romantismo brasileiro”, e de escritores portugueses como Marcelo Caetano – “Inquietação e Esperança” – Aquilino Ribeiro – “Os avós dos nossos avós” – João de Castro Osório – “O *criticon* de Gracian e as *Cartas Chilenas* de Gonzaga” – Luís Chaves – “A alma coletiva do povo português” – e Vitorino Nemésio – “O Ilhéu emigra”.

A seção II, formada por textos de ficção, tem como proposta divulgar poesias, capítulos de romances e novelas, contos e crônicas de escritores brasileiros e portugueses, em sua maioria, modernistas. Dentre os brasileiros estão: Augusto Frederico Schmidt, com “Primeiros Cantos do Poema *O Descobrimento*”; Adalgisa Nery, com “Eterno Tédio”; Cecília Meireles, com “Canção” e Carlos Drummond de Andrade, com “O vôo sobre as igrejas”. A participação portuguesa fica por conta de: Eugênio de Castro, com “Primeiro aniversário”; Mário Beirão, com “Toada do Mar Oceano”; Fernanda de Castro, com “Ana Lúcia”; Carlos Queiroz, com “Brinquedos d’outro mundo”; Natércia Freire, com “Sozinha”; Ruy Cinatti, com “Poema em prosa”; Luzia, com “Saudade de um jardim”; Maria Archer, com “Há-de haver uma Lei”; Manuel da Fonseca, com “Solstício de verão”; Baltazar Lopes, com “O Sr. Euclides Varanda”, Guilhermina de Azeredo, com “Soldado nº7 da 10ª companhia”, contando ainda com o Angolano Tomaz Kim, com “Poema”.

A seção III reúne ensaios somente de autores portugueses e tem como

temas a literatura, a música, as artes plásticas, o teatro e o cinema em Portugal e no Brasil, seguindo a proposta de divulgar e explicar as artes de uma maneira geral. Os nomes que assinam essa seção são: Guilherme de Castilho, com “Antero de Quental – Reflexões de metodologia literária”; José Osório de Oliveira, com “Bustos de poetas para um jardim público” (Gonçalves Dias, Castro Alves e Olavo Bilac); Pedro de Moura e Sá, com “Três novos poetas” (Natércia Freire, Jorge Barbosa e António Navarro); Luiz Forjaz Trigueiros, com “Os prosadores mais recentes”; Gastão de Bettencourt, com “Música brasileira: Uma *Ópera* diferente de todas as óperas”; Eduardo Libório, com “Panorama da vida musical de Lisboa”; António Lopes Ribeiro, com “Teatro português: Gil Vicente representado agora” e Fernando Garcia, com “Possibilidades do cinema português”.

As “Notas”, assinadas pelos próprios redatores da revista, trazem desde notícias culturais de Brasil e Portugal até material avulso, formado de pequenos artigos dos mais variados temas, como: “O primeiro artigo”, que trata, além da importância da política da revista, de se formar entre Brasil e Portugal, uma “unidade espiritual”, da colaboração de escritores brasileiro do porte de Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade e San Tiago Dantas; “Ecce Homo”, que usando como mote a gravura de mesmo nome utilizada nas páginas de abertura de António Ferro e de Lourival Fontes, fala da diferença entre as Escolas portuguesa e espanhola ao retratar a imagem do Cristo: “O Cristo é um só para todo o mundo cristão, mas o gênio artístico de cada povo representa-o de acordo com sua psicologia”; “Brasília” que fala sobre o Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras de Coimbra; e “Camões em São Paulo”, que comenta sobre a estátua de Camões, de autoria de José Cucé, localizada no edifício da Biblioteca Municipal de São Paulo, encomendada pela Casa de Portugal, daquela cidade, em comemoração aos 388 anos da cidade.

Já os “Documentos” trazem tanto erratas e informações sobre os próximos números da revista, quanto pronunciamentos oficiais dos Governos Vargas e Salazar ou resoluções e ementas dos órgãos de imprensa e propaganda dos dois países, comprovando, mais uma vez, sua qualidade de revista oficial do governo.

Nesse primeiro número encontra-se, em seus “Documentos”, a transcrição do Acordo Cultural lusobrasileiro assinado em 4 de setembro de 1941, no Palácio do Catete, por António Ferro, diretor do Secretariado de Propaganda Nacional de

Portugal e Lourival Fontes, Diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda, do Brasil, “A fim de promover uma íntima colaboração cultural entre Brasil e Portugal por intermédio dos organismos oficiais a quem incumbe nos dois países a orientação dos serviços de propaganda [...]”.

A *Atlântico* traz ainda, nesse primeiro número, fotografias e gravuras em papel *couchet* chamadas de “Fora do texto” que, inseridas nas demais seções, ilustram alguns artigos referentes ao mesmo tema: *Ecce Homo* (fotografia de uma pintura da Escola Portuguesa, de autor desconhecido, da segunda metade do século XVI, segundo um protótipo do século XV) figura do Cristo que, não por acaso, ilustra os textos de Ant3nio Ferro e Lourival Fontes, reforçando os laços entre a Igreja e o Estado; fotografia da Igreja de S3o Francisco de Assis, obra de *Aleijadinho*, em Ouro Preto e fotografia da escultura do Profeta Jonas, tamb3m de *Aleijadinho*, em Congonhas do Campo, ilustrando o j3 citado ensaio de M3rio de Andrade; desenho para um afresco do Minist3rio de Educa3o e Sa3de do Brasil de Candido Portinari, *Fumo*, que ilustra o texto “O Ilh3u emigra” e desenhos feitos em ponta seca por Abel Manta, de Jos3 Almada Negreiros (ilustrando o referido texto de Guilherme de Castilho) e Antero de Quental (ilustrando o texto de Jos3 Os3rio de Oliveira). Ao que se pode notar, a presen3a dos Cl3ssicos ao lado dos Modernos, s3 faz acentuar a linha de pensamento da revista, de conservar a tradi3o sem deixar de acolher o moderno.

Os n3meros seguintes dessa primeira s3rie, que j3 n3o se encontra sob a dire3o brasileira de Lourival Fontes, devido 3 sua sa3da do DIP, contaram, entretanto, com abundante participa3o de brasileiros, seja na fic3o, seja na cr3tica ou nos ensaios.

Dentre os ficcionistas aparecem 3rico Ver3ssimo, com “Crep3sculo”, Carlos Drummond de Andrade, com “Versos 3 boca da noite”, Manuel Bandeira, com “3ltima can3o do beco” e “Eu vi uma rosa”, Graciliano Ramos, com “O moleque Jos3”, “O Bar3o de Maca3bas”, “O fim do mundo” e “Ins3nia”, Vin3cius de Moraes, com “Allegro”, “Elegia, quase uma ode” e o cap3tulo 11 da novela “Epis3dio”, Augusto Frederico Schmidt, com “Suma”, Dinah Silveira de Queiroz, com “A luz cinzenta”, Paulo Silveira, com “Ba3a” e “Franciscana”, Trist3o de Athayde, com “Vozes”, Murilo Mendes, com “Poema” e “Estudo”, C3cero Dias, com “Jundi3”, Abgar Renault, com “Que vozes responder3o?...” e “Inquietude ausente”, Rachel de Queiroz, com “N3o jures pela lua inconstante”, Marques

Rebello, com “Páginas de um diário”, Alphonsus de Guimaraens Filho, com “A face pura”, Octávio de Faria, com “Reni”, Guilherme de Almeida, com “Sonetos a Dinamene”, Jorge de Lima com dois poemas folclóricos: “Janaína” e “Pela fé de Zambi”, Lígia Fagundes Teles, com “Transformação”, Clarice Lispector, com “Os bonecos de barro” e Lúcio Cardoso, com “A professora Hilda”.

Já os ensaios contam com Jorge de Lima – “Poesia veloz, homem lerdo” e “À margem de Euclides” – José Lins do Rego – “O bom e o mau Filho” – Pedro Calmon – “Teixeira Lopes” – Cesário Alvim – “Manuel Bandeira: Milagre da poesia”, “Da vida brasileira” e “O Professor Jonathas Serrano” – Álvaro Lins – “Uma nova geração”, “O crítico Tristão de Athayde”, “Biografia de Gonçalves Dias” e “Sobre *Casa Grande e Senzala*” – Mário de Andrade – “A Dona ausente” – Edgard Cavalheiro – “Notas sobre Fagundes Varela” – Otto Maria Carpeaux – “Antero de Quental e o pensamento alemão” e “Ensaio de exegese de um poema de Manuel Bandeira” – Vianna Moog – “Brasil, arquipélago cultural” – Hélio Vianna – “Dom Pedro II e os escritores portugueses” – Gastão Cruls – “Orquídeas” – Tristão de Athayde – “A morte do jacaré” – Santa Rosa – “Esquema das artes no Brasil” – Octávio Tarquínio de Sousa – “Biografia e romance” – Afrânio Peixoto – “Outras *Viagens na minha terra*” – Rosário Fusco – “O esforço intelectual na criação” – Luís da Câmara Cascudo – “Relação étnica nos mitos brasileiros” – Caio Prado Júnior – “Formação dos limites meridionais do Brasil” – Heitor Lyra – “O fator português na independência do Brasil” e Eugênio Gomes – “Castro Alves e o sertão”.

No entanto, a partir da segunda série, que tem seu início em 1946, sob a direção brasileira de Oscar Fontenelle e sob a batuta do militar de Eurico Gaspar Dutra, a participação brasileira, principalmente no que se refere aos textos formadores de opinião, começa a ficar mais escassa. Ao que parece, devido à extinção do DIP, em maio de 1945, e às mudanças nesse órgão de imprensa e propaganda do Brasil, agora denominado Departamento Nacional de Informação, mais tarde, Agência Nacional, que passa a privilegiar, em suas publicações, assuntos referentes a questões militares.

O que se pode verificar é que a revista, nesse momento, atua muito mais no sentido de limitar manifestações contrárias a sua ideologia – prevendo uma possível ameaça representada pelo comunismo – do que divulgar, de fato, a cultura brasileira.

Com seu formato diminuído e menor número de páginas, a segunda série, ou Nova Série da *Atlântico* é dividida em: “Páginas de Antologia” – trechos de obras, em prosa ou em verso, de autores brasileiros e portugueses – “Vária” – editada pelos redatores da revista, composta de, seguindo o modelo da seção “Notas” da primeira série, material avulso como erratas, cartas trocadas entre escritores brasileiros e portugueses e pequenos artigos críticos sobre educação, cultura e artes, de uma maneira geral – e “Extra textos”, formada, como a seção “Fora do texto” da primeira série, de desenhos, ilustrações e fotografias. Além de textos teórico críticos e ficcionais, distribuídos, aleatoriamente, ao longo da revista.

Em seu 4º número, de 28 de junho de 1947, traz, além das “Páginas de Antologia”, com a crônica “Calor”, de Mário de Andrade, “Dois poemas de Camilo Pessanha” (“Branco e Vermelho” e “Roteiro da Vida”) analisados por João de Castro Osório, “Um caso de poesia absoluta” (sobre Cecília Meireles) de Cunha Leão, um poema de Mário Quintana, “Canção de bar”, um poema de Leão de Moura, “Marulho”, “Capítulos de Romance” de Fernanda de Castro, “Carta ao Minho”, do poeta cabo verdiano Antenor Nascentes, dois “Poemas Caboverdianos” (“Pescadores de Santo Antão” e “Terra”), de Manuel Lopes, “Alguns Poetas num Museu de Lisboa”, de Diogo de Macêdo, “O *Xarajibe* de Silves” , de José Garcia Domingues, “Meditação do Rio”, poema de João de Castro Osório, “Novidade e atualidade do pensamento de Feuerbach”, do filósofo Luís Ribeiro Soares, “Duas poetisas brasileiras” (Henriqueta Lisboa e Haydée Nicolussi), ensaio crítico de Natércia Freire, “Quatro Poemas do Mar e da Cidade”, de Daniel Filipe, “Um diálogo inconcebível”, trecho de romance de Rachel Bastos, “Nótula sobre romance e filosofia”, de Álvaro Ribeiro, “Poema”, de Eduardo Bastos, “Etnografia e nacionalidade”, do folclorista Orlando Vitorino, “Canção da casa demolida”, poema de Raul Feio, “Uma viagem pela Literatura do Rio Grande do Sul”, de Manoelito de Ornellas e “Post Escripum”, ensaio de José Osório de Oliveira sobre a literatura brasileira.

A seção “Vária” conta com os textos: “Uma obra indispensável à valorização da cultura lusíada” e “Um monumento da crítica histórico literária”, nos quais o português João de Castro Osório escreve sobre dois livros editados no Brasil pelo Instituto Nacional do Livro e pela José Olympio respectivamente: “A demanda do Santo Graal”, organizado pelo jesuíta belga Augusto Magne e “A arte

de furtar e seu autor”, do brasileiro Afonso Pena Júnior; “Afrânio Peixoto, Mestre Lusitano”, artigo no qual Amadeu Cunha faz uma exaltação ao “psiquiatra, higienista e sociólogo brasileiro”, a quem ele chama de “mais português dos escritores brasileiros”; seguido de “Um Artista: Luís de Montalvor”, de Carlos Parreira, sobre aquele poeta decadentista português, um dos fundadores da Revista **Orpheu**; e da transcrição do pronunciamento de José Osório de Oliveira na Emissora Nacional de Portugal, sobre o segundo aniversário de morte de Mário de Andrade.

Os “Extra-Textos, cuja iconografia é distribuída ao longo da revista, agora sem a preocupação em ter uma relação direta com os assuntos tratados nos textos, trazem Retratos de Antônio Feliciano, Bulhão Pato e Antero de Quental, feitos pelos artistas Miguel Lupi, Columbano e Visconde de Menezes, que parecem ilustrar o texto “Alguns poetas num museu de Lisboa”, ainda que estejam localizados em outra páginas que não às do texto correspondente; fotografias de esculturas de Bruno Giorgi – “Banhista” e “Nu Juvenil” – e da tela “Lea e Maura”, de Guignard; reproduções do painel “A Montanheira” de Giorgio Gomes, da Aguarela de Bernardo Marques, “Modelo” e do *portrait* “Retrato”, de Carlos Botelho. Além de desenhos de Jaime Figueiredo, Estrela Faria e Stuart.

Nos números seguintes os destaques brasileiros, na ficção ficam com Alphonsus de Guimaraens Filho, com “Sonetos” e Ligia Fagundes Teles, com “Confissões de Leontina”. Já a parte de crítica só conta com o texto já citado “Uma viagem pela literatura do Rio Grande do Sul”, do jornalista e escritor gaúcho Manoelito de Ornellas³⁴.

Sem a rica presença das ilustrações contidas nas séries anteriores e com seu grosso volume de mais de duzentas páginas diminuído para pouco mais de cem, a *Atlântico*, na terceira série, parece demonstrar seu declínio. Sob a direção brasileira de Antônio Vieira de Melo, possui apenas três números e somente dois deles são dirigidos, do lado português, pelo idealizador da revista, António Ferro, devido à sua saída do Secretariado Nacional de Informação de Portugal e, conseqüentemente, da direção da *Atlântico*.

³⁴ ORNELLAS, M. Uma viagem pela literatura do Rio Grande do Sul. **Atlântico** n°4 (2ª série) 1947, p. 82 – 97.

Com escassa participação de escritores brasileiros³⁵ – ainda que a literatura brasileira seja abordada em seus artigos – a terceira série é dividida em duas seções: a primeira (I), na qual aparecem textos teóricos e ficcionais, e a segunda (II), dedicada apenas a estudos ou ensaios teórico críticos, onde aparecem as subseções fixas: “Problemas de estética literária”, escrita por João de Castro Osório, que levanta questões sobre tradução e comunicabilidade das obras de arte; “Diário de um espectador”, elaborada por António Quadros, seção de crítica literária na qual o autor escreve sobre o gênero romance ou, mais especificamente, sobre romances de estilo naturalista e realista; “Das letras brasileiras”, dedicada aos escritores brasileiros, escrita por José Osório de Oliveira onde o autor analisa obras de diversos escritores, principalmente os da chamada “geração de 30” e os modernistas; “Crônica das Artes Plásticas”, na qual Carlos Parreira faz observações acerca de pintores oriundos tanto do Modernismo quanto da Antiguidade Clássica; “A letra e o espírito”, na qual Rodrigo Melo escreve sobre peças de teatro; e “Leituras”, assinada por Rodrigues Cavalheiro na qual ele faz uma espécie de antologia da história da literatura portuguesa. Além das “Notas”, assinadas pelos redatores da revista, que repetem a mesma função da seção de mesmo nome da primeira série; e “Arquivo”, seção dirigida por José Osório de Oliveira que traz, mais uma vez, pequenos artigos sobre acontecimentos culturais de Brasil e Portugal.

O segundo número dessa terceira série, de 15 de dezembro de 1949, traz, na seção I, além dos ensaios – “O Enigma Português”, de Cunha Leão; “A Arte Poética de Aristóteles e o problema da origem da Tragédia”, de Eudoro de Sousa; e “O problema da Universidade”, de José Garcia Dominguez – as poesias – “Sonho de Calma”, de João de Castro Osório; “Onde não passa ninguém”, de Maria Elvira Barroso; “Canções para Cecília Meireles”, de José Bruges; “Canção”, “Jardim sem ninguém” e “Tu”, de Maria Cecília Correia; “Estirpe”, de Azinhal Abelho; “Ode de amor a Pan” e “Trespasse”, de Daniel Filipe; “Tapeçaria”, de Tomaz Ribas; “O cacto”, de Neves e Sousa; “Nocturno”, de Filipe de Sousa e “Testamento”, de Fernando Simões – as crônicas “Sob a noite de junho”, de Natércia Freire; “Diário das 2 da madrugada”, de Maria Henriqueta – e o conto “A Floresta”, de Maria da Graça Azambuja.

³⁵ Possui, nos três números, apenas duas poesias de Cecília Meireles, “Quarta Canção” e “Décima terceira Canção”, presentes no terceiro número da revista.

A seção II traz, além das colunas fixas já referidas – *Problemas de estética literária*, com o texto “Criação nacional e comunicabilidade das obras de arte”, *A letra e o espírito*, com o texto “Actualidade de uma peça de Shakespeare”, *Das letras brasileiras*, com o texto “Apologia de Cecília Meireles”, *Diário de um espectador*, com o texto de mesmo nome, *Crônicas das artes plásticas*, também com texto de mesmo nome – artigos de temática variada, como: “Pensamento contemporâneo – Temática existencial”, de Delfim Santos; “Problemas da arte portuguesa – Estilo *Manuelino*, ou Estilo *Oceânico*”, de António Quadros; “Perspectivas da literatura estrangeira – “Franz Kafka visto por um oriental”, de Constâncio Roque da Costa; e “Figuras do tempo – Gualdino Gomes”, de Miguel da Silveira.

Logo após, seguem as “Notas” que trazem notícias sobre o falecimento do poeta português Carlos Queiroz, comentários sobre a poesia africana e sobre o Gabinete de Estudos Musicais da Emissora Nacional de Portugal e considerações sobre a cultura e a arquitetura portuguesas, temos, ainda, o “Arquivo”, fazendo considerações sobre a posse, pelo médico e escritor argentino Gregório Aráoz Alfano, da cadeira de sócio da Academia Brasileira de Letras, e sobre os romancistas portugueses, de uma maneira geral.